

DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO – PR.

Juliano Oliveira Pinto de Souza – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
geojuliano@yahoo.com.br

Carla Cristina Lopes de Souza - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
carladesouza1@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho apresenta um estudo do processo de modernização da agricultura no município de Francisco Beltrão. Tendo como objetivo verificar como se deu esse processo, quais foram os principais fatores que o impulsionaram, e quais os reflexos dessa modernização no município de Francisco Beltrão.

Para realização de análises, acerca de tal problemática privilegamos focalizar um estudo da estrutura fundiária, diagnosticando a apropriação e desapropriação de terras, verificando também a produtividade, a produção agrícola, a evolução na utilização no número de tratores, e a movimentação populacional rural urbana do município. Este estudo realizou-se através de pesquisas bibliográficas e coleta de dados dos censos agropecuários.

Modernização da agricultura brasileira

O processo de Modernização da agricultura brasileira ganhou força a partir da década de 60 com o Sistema Nacional de Crédito Rural (1965), sendo o marco da reorientação das políticas agrícolas no Brasil. A expansão deste crédito rural se deu nos anos 70, propiciando condições favoráveis para a articulação das relações técnicas entre agricultura e indústria num patamar de alta densidade, tornando a agricultura subordinada ao setor urbano-industrial. A agricultura tornou-se mercado consumidor para produtos industriais.

O crédito rural concebido no auge de sua expansão, em 1976, foi superior a mais de 20 bilhões de dólares, um valor quase equivalente ao PIB da agricultura, e o mesmo indicador decresceu abruptamente no final da década de 80, para níveis equivalente a cerca de 20% do PIB do setor agrícola no período (DELGADO, 2002, p.22).

Cumpramos ressaltar, ainda, a heterogeneidade estrutural do setor rural brasileiro, o fortalecimento e a modernização dos sistemas agroindustriais criados nos anos 70, como constituintes de uma moderna faceta da agricultura brasileira, assim como sua diversificação e sua integração as múltiplas correntes do comércio internacional e de produtos agroindustriais. Com isso, observamos a grande diferença da política adotada nos anos 50, a qual privilegiava exclusivamente a exportação de café.

Com o processo de modernização, a agricultura brasileira caracteriza-se por atividades agrícolas integradas à indústria, pela intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais e pela especialização crescente da produção.

O amplo emprego de insumos agrícolas alterou significativamente o processo produtivo. A utilização de métodos e procedimentos científicos possibilitou o aumento de produtividade e a ocupação de inúmeras áreas antes não utilizadas para a atividade.

A modernização da agricultura que agiu, direta ou indiretamente em quase todo o país, processou-se de forma extremamente seletiva, privilegiando os territórios, as culturas e os segmentos sócio-econômicos mais rapidamente suscetíveis à organização de uma atividade agrícola sustentada pelas inovações científicas-técnicas e que, assim, pudessem ter uma produção e um consumo interligados aos demais setores econômicos.

A difusão de inovações, bem como a distribuição de crédito rural deu-se de maneira não uniforme, constituindo um setor baseado em uma estrutura dual, promovendo um desenvolvimento cada vez mais desigual e combinado do setor no país. As áreas, as culturas e os produtores que não foram, de alguma forma, incorporados ao processo de modernização exerceram papéis periféricos na organização da produção agrícola que se processou nas últimas décadas. O espaço rural não foi homogeneizado, uma vez que foi desigualmente atingido pela difusão de inovações agrícolas. Construiu-se, dessa forma, um espaço seletivo, com uma forte concentração das formas resultantes do processo de modernização da agricultura.

Paralelamente à modernização da agricultura, desenvolveu-se um moderno parque industrial, seja das indústrias para suprir as novas demandas da atividade agrícola e pecuária (fertilizantes, adubos, tratores, pulverizadores etc), seja das indústrias para transformar os resultados desta produção.

A agricultura brasileira, teve seu desenvolvimento integrado aos demais setores econômicos e em bases científicas e técnicas, foi comum o processo de substituição das culturas voltadas à demanda do mercado interno de alimentos (arroz, feijão, mandioca, entre outros), pelas culturas voltadas à exportação (soja, laranja etc), com preços mais competitivos no mercado internacional. Estas últimas passaram a ocupar parte significativa da pauta de exportações do Brasil, nas décadas mais recentes caracterizaram-se por serem produzidas em grandes propriedades; por terem amplo acesso ao capital financeiro e às inovações científico-técnicas; por contarem com sistemas de transporte e armazenamento modernos e por todos os demais signos da produção agrícola brasileira moderna.

Modernização da Agricultura Paranaense

No Paraná o processo de modernização da agricultura ocorre de forma similar ao do país, verificando-se também a substituição de culturas, na qual a cafeicultura foi substituída pelas lavouras de soja e de trigo.

O processo de modernização da agricultura paranaense, não deixou de ser o resultado da política oficial de modernização da agricultura brasileira ocorrida a partir da década de 1960.

Com a crise cafeeira a produção brasileira sofre influências diretas das políticas adotadas pelo governo. Diante dessa situação de crise do mercado o governo coloca em ação uma política de desestímulo a cafeicultura e de incentivo a cultura de grãos. Como observamos

Entre 1970 e 1985, as lavouras permanentes, representadas, sobretudo pelo café, foram reduzidas em cerca de 59%. Em contraposição, as lavouras temporárias, assentadas, sobretudo na associação de soja e de trigo, foram ampliadas em torno de 32%, especialmente no noroeste paranaense, onde aumentaram em torno de 600.000 ha.

Com a crise cafeeira, a alternativa tomada pela maioria dos grandes proprietários rurais foi, a substituição do café pelo plantio de soja.

A produção de soja paranaense esteve de 24% a 40% da produção nacional entre 1970 a 1976, ocupando um terço da área cultivada do território paranaense neste período. Na tabela abaixo observamos o crescimento no cultivo de soja no Estado na década de 1970.

Tabela 01 – Produção e produtividade da área cultivada com soja no Paraná.

ANO	PRODUÇÃO (1000t)	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO	ÁREA CULTIVADA (1000t)	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
1970	368	100	304	100	1211
1971	567	154	358	118	1584
1972	966	262	453	149	2133
1973	1560	424	818	269	1907
1974	2240	609	1100	362	2086
1975	3420	929	1600	526	2138
1976	4500	1223	2083	685	2160
1977	4700	1277	2200	723	2166

Fonte: Borges, G. M. B. soja: problemas de escoamento. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v.61, p.13, dez. 1977

A cultura de soja teve enormes efeitos no processo de urbanização e industrialização do Paraná, e isso verifica-se quanto a transformação do espaço geográfico, resultando a formação dos grandes centros urbanos industriais.

Com a intensificação da mecanização verificou-se no campo uma redução na utilização da força de trabalho. O desemprego gerado no campo torna-se fundante do êxodo rural.

O processo de modernização da agricultura constituiu-se num conjunto de mudanças na base técnica de produção e essa modernização pode ser avaliada através do processo de intensificação da utilização de insumos agrícolas. No Paraná observamos estes agentes indicadores da modernização da agricultura através dos dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1985, nos quais verifica-se um aumento significativo, no número de tratores passando de 18.619 em 1970 para 81.620 em 1980, ocasionando um aumento de 438,36%. De 1980 para 1985 este aumento do número de tratores foi menor, sendo de 23,6%. Mas cabe lembrar que, conforme Moro (2001, p.95), “o processo de modernização da agricultura não foi homogêneo no tempo e no espaço”, isto comprova que este processo foi mais dinâmico na região norte-paranaense iniciado na década de 70.

Quanto à estrutura fundiária do Paraná, em 1970 havia um total 554.488 estabelecimentos, já em 1980 esse número se reduz para 466.688, resultando numa diminuição de 11,88%, no número total de estabelecimentos. Ocorrendo assim um aumento médio da dimensão dos estabelecimentos. Nos pequenos estabelecimentos, até 10 ha notamos uma redução de 22,44%, já nos estabelecimentos de 10 ha a 100 ha, a redução foi de 11,91%, resultando também num decréscimo quanto ao número de estabelecimentos.

Na análise da estrutura fundiária observa-se uma redução nos médios e pequenos estabelecimentos, já nos estabelecimentos de 100 ha a 1000 ha, a uma ampliação no seu número, passando de 17158 em 1970, para 23371 em 1985, quanto aos acima de 1000 ha o crescimento foi de 42,41%. Com isso, observamos a formação e o aumento de possíveis latifúndios e a redução das pequenas e medias propriedades.

Modernização da agricultura em Francisco Beltrão-Pr

Após a breve análise do processo de modernização da agricultura no Brasil e no estado Paraná, enfocaremos este processo no município de Francisco Beltrão, que inicia seu povoamento por volta de 1940, devido à criação das companhias colonizadoras.

A criação da companhia colonizadora que atuou no Sudoeste do Paraná e em Francisco Beltrão ocorre em 1943, quando o presidente Getúlio Vargas baixou um decreto, dando a criação oficial da Companhia Agrícola General Osório (CANGO), com o intuito de colonizar a faixa de fronteira que compreendia o Sudoeste do Paraná, a partir desse decreto inicia-se efetivamente o povoamento da região, sendo importante lembrar que antes da criação da CANGO, esta região era pouco povoada.

A Companhia Agrícola General Osório (CANGO), era um órgão Público Federal, tendo como função distribuir os lotes de terra gratuitamente. No entanto, a companhia não fornecia título de propriedade, sendo, quase todos posseiros.

Segundo LAZIER (1997, p.40), “A Cango realizou na região um eficiente trabalho de povoamento e colonização, construindo obras de infra-estrutura, dinamizando a vida social e cultural da comunidade dando um impulso para o grande progresso que o Sudoeste possui hoje”.

A CANGO realizou as primeiras obras gratuitamente, ela construiu a primeira serraria, selaria, marcenaria, olaria, ferraria, oficina mecânica, pontes e estradas. No setor de saúde construiu o primeiro hospital, primeira farmácia levando para a região o primeiro médico, Dr. Eduardo Winter, o primeiro farmacêutico e o primeiro dentista.

A criação e atuação da Companhia contribuiu para a inserção do Sudoeste no setor produtivo estadual, e economicamente com o intuito de organizar o espaço agrário do Sudoeste Paranaense. Porém, com as revoltas, resultantes do descontentamento dos posseiros, o governo cria em 19/03/1962 o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), com a finalidade de programar e executar os trabalhos para a apropriação e desapropriação de Terras no Sudoeste, e ainda organizando e estabelecendo suas formas de funcionamento através de políticas de organização da estrutura rural.

Com esse breve histórico verificamos que essas políticas governamentais foram os principais agentes que propiciaram a modernização e ocupação do sudoeste do Paraná e especificamente o município de Francisco Beltrão.

A modernização da agricultura no Paraná não se deu de maneira homogênea, sendo mais expressiva no Norte e no Oeste, na década de 1970, e a partir daí se expandindo para outras regiões do Paraná, até chegar a Região Sudoeste onde encontramos o Município de Francisco Beltrão.

Com relação à estrutura fundiária os dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985, 1995/1996, demonstram a redução de 12,05%, no número total de estabelecimentos de 1970 para 1995/1996 em Francisco Beltrão.

Em 1970, 35,17% dos estabelecimentos correspondiam aos menores de 10 ha, e 35,97% correspondiam aos estabelecimentos entre 10 ha a 20 ha, quanto aos de 20 ha a 50 ha totalizavam 24,95%, já os de 50 ha 100 ha compreendiam 3,1% e os superiores a 100 ha correspondiam 0,7%, totalizando um universo de 3392 estabelecimentos. Já com os dados de 1995/1996 que totalizou

2983 estabelecimentos, os inferiores a 10 ha correspondiam a 36,1%, os de 10 ha a 20 ha compreendiam 32,71%, quanto aos de 20 ha 50 ha totalizavam 25,84%, e os de 50 ha a 100 ha obtinham um total de 3,55 %. Quanto aos superiores a 100 ha correspondiam 1,8%. Com relação aos dados de 1970 a 1995/1996, verificamos uma redução nos estabelecimentos menores de 10 ha e nos de 10 ha a 100 ha, havendo um crescimento apenas nos grandes estabelecimentos superiores a 100 ha.

Tabela 02 - Distribuição do número dos estabelecimentos rurais por categorias dimensionais no Município de Francisco Beltrão.

Classes de Área (ha)	1970		1995-1996	
	Nº	%	Nº	%
-10	1193	35,17	1077	36,1
10 a 20	1220	35,97	976	32,7
20 a 50	847	24,95	771	25,84
50 a 100	109	3,21	106	3,55
100	23	0,7	53	1,8
TOTAL	3392	100	2983	100

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Nas lavouras permanentes verifica-se um aumento entre 1970 e 1995/1996 de 116,50%, e nas lavouras temporárias ocorre uma redução de 8,95% de 1970 com relação a 1995/1996. Torna-se importante enfatizar também o aumento na produtividade nos cultivos de grãos no município, principalmente a soja, o arroz e o milho.

Na produção de soja ocorreu um crescimento de 663 kg/ha em 1970, para 2700 kg/ha em 1995, a de arroz que em 1970 era de 689 kg/ha em 1995 já era de 2500 kg/ha, quanto a de milho passou sua produção de 1936 kg/ha em 1970, para 2358 kg/ha em 1995, sendo este aumento da produtividade, um reflexo da modernização da agricultura no espaço agrário de Francisco Beltrão. Sendo muitos os fatores que indicam o grau de modernização na agricultura, como a mecanização, irrigação, uso de fertilizantes etc. Destacam-se no município de Francisco Beltrão tendo um crescimento bastante significativo o número de tratores, os quais aumentaram de 18 em 1970 para 450 em 1995/1996 (tabela 3). E quanto ao número de caminhões, nota-se um crescimento de 18 em 1970 para 71 em 1995/1996.

Tabela 03 - Número de Tratores no Município de Francisco Beltrão.

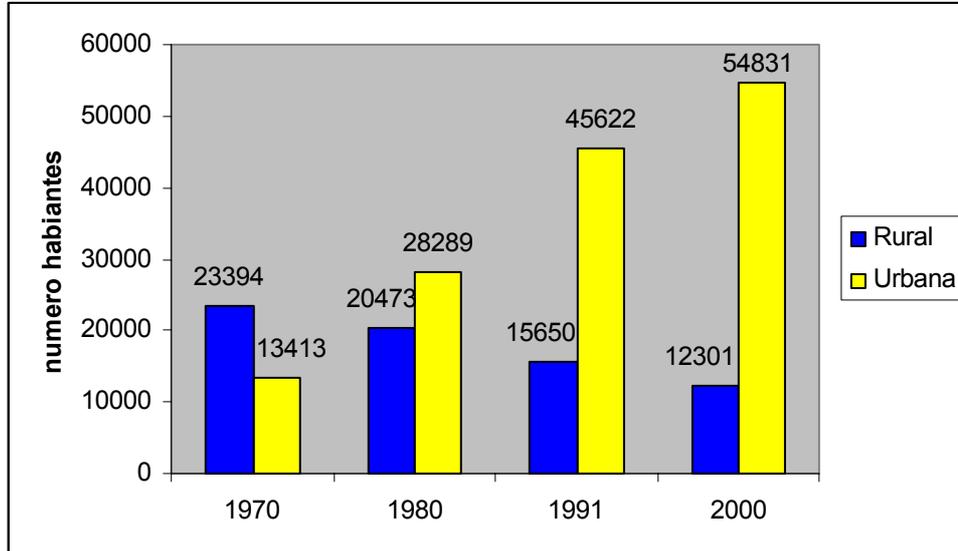
TRATORES	1970		1975		1980		1985		1995-1996	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Menos de 10 C.V.	5	27,7	13	7,2	8	2,3	28	7,7	-	-
De 10 a menos de 50 C.V.	5	27,7	37	22,4	80	23,1	66	18,1	-	-
De 50 a menos de 100 C.V.	5	27,7	119	65,7	236	68,2	233	64	-	-
De 100 C.V. e mais	3	16,9	12	4,7	22	6,4	37	10,2	-	-
TOTAL	18	100	181	100	346	100	364	100	450	100

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Outro fator, de reflexo da modernização da agricultura no município, foi o grande aumento na utilização de força mecânica nos estabelecimentos, que em 1970 se encontrava em apenas 0,26%

dos estabelecimentos em 1985 chega a 39,55% dos estabelecimentos, e com a substituição da força de trabalho pela utilização mecânica observamos no município o esvaziamento da zona rural e a migração da população para a zona urbana, principalmente a partir da década.

Gráfico 01 - População Rural e Urbana do Município de Francisco Beltrão.



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Um dos reflexos do processo de modernização da agricultura foi a formação das grandes propriedades diminuindo o número de estabelecimentos rurais ocasionando numa monopolização das culturas. Num caso especial verificamos no município de Francisco Beltrão o surgimento e o aumento no setor agroindustrial, apresentando desse modo uma grande intensificação no desenvolvimento deste setor.

Com o estudo da temática trabalhada verificamos que o processo de modernização da agricultura, provocou profundas transformações ao processo produtivo no espaço rural e urbano, e esta intensificação da tecnificação do campo, sendo elemento fundamental para o processo de industrialização da agricultura.

Referencias bibliográficas

OLIVEIRA, Dennison de. Urbanização e Industrialização no Paraná. Curitiba SEED, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. O que é questão agrária. 16 ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

IBGE. Censo Agropecuário – Paraná: 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v.3, t.19.

_____. Censo Agropecuário – Paraná: 1975. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. v.1, t.18 – 1ª parte.

_____. Censo Agropecuário – Paraná: 1975. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. v.1, t.18 – 2ª parte.

_____. Censo Agropecuário – Paraná: 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v.2, t.3.

_____. Censo Agropecuário – Paraná: 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. Censo Agropecuário – Paraná: 1995 - 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

MORO, Dalton Áureo. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, Jorge Guerra. Geografia social e agricultura no Paraná. Maringá: programa de Pós-graduação em Geografia-UEM, 2001.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura Brasileira: Transformações Recentes. In: J. L. Ross. (org.). Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 2001. p. 465-523.

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P. Capital e Política Agrária no Brasil: 1930 - 1980. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN W. (org.). História Econômica do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 209-226.

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P. O Papel das Políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN W. (org.). História Econômica do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 227-250.

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense**. 2° Ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1997.